

**OS DESLOCAMENTOS NO CONCEITO DE ASSINATURA EM DERRIDA E
AGAMBEN**

**DISPLACEMENTS IN THE CONCEPT OF SIGNATURE IN DERRIDA AND
AGAMBEN**

Itamar Soares Veiga¹
Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos²

RESUMO

Este artigo trata sobre o conceito de assinatura tal como é compreendido em Derrida e Agamben. Neste contexto se procura responder quais são os deslocamentos internos que o conceito de assinatura possui em ambos. O ponto de partida dos dois filósofos é a crítica à compreensão tradicional do conceito de signo e o ponto de chegada é propor uma alternativa para uma nova compreensão. Agamben convergirá para uma arqueologia filosófica, inspirado por Foucault e, Derrida elaborará uma complexa concepção de “escrita” que assinala uma “não presença” a qual se manifestará sob o conceito de assinatura, evitando a fixação da relação entre significado e significante por meio de uma incessante *différance*. A resposta aponta para uma forma diferente de valorizar a assinatura: em Agamben ela determina a episteme e, para Derrida, o complexo conceito de escrita assume mais importância, porque nela reside o que irá se tornar uma assinatura.

Palavras-chave: Agamben; Derrida; assinatura; episteme; arqueologia filosófica.

ABSTRACT

This article deals with the concept of signature as it is understood in Derrida and Agamben. In this context, an attempt is made to answer what are the internal displacements that the concept of signature has in both. The starting point of the two philosophers is the criticism of the traditional understanding of the concept of sign

¹Doutor em filosofia. Professor da Universidade de Caxias do Sul do pós-graduação em Filosofia e do curso de graduação em Filosofia. Caxias do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil E-mail:

inpesquisa@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4275-0486>

²Doutora em filosofia. Professora da Universidade de Caxias do Sul da pós-graduação em Letras e do curso de graduação de Filosofia. Caxias do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: vpgzeval@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4003-0138>.

and the arrival point is to propose an alternative for a new understanding. Agamben will converge to a philosophical archeology, inspired by Foucault. Derrida will elaborate a complex conception of “writing” that marks a “non-presence” that will manifest itself under the concept of signature, avoiding the fixation of the relationship between meaning and signifier through an incessant *différance*. The answer points to a different way of valuing the signature: in Agamben the signature determines the episteme and, for Derrida, the complex concept of writing assumes more importance, because in it resides what will become a signature.

Key-Words: Agamben; Derrida; signature; episteme; philosophical archaeology.

Artigo recebido em: 17/08/2023

Artigo aprovado em: 01/10/2023

Artigo publicado em: 10/11/2023

1 INTRODUÇÃO

Jacques Derrida e Giorgio Agamben são dois filósofos que criticam a concepção de signo, tal como a compreende Saussure e toda uma tradição de cunho metafísico. Eles elaboraram uma concepção própria da assinatura que contém elementos semelhantes, mas deslocamentos internos diferentes. O objetivo de ambos é aprofundar a concepção de signo e investigar como este conceito se converteu em palavra e discurso, mas sem remeter a uma origem primordial e metafísica. Para evitar este remetimento, eles desenvolvem suas próprias concepções de “assinatura”, a qual é aberta pelos questionamentos sobre a relação significado e significante e, mais em sequência, entre assinante e assinado.

O escopo é circunscrito pela concepção de escrita-assinatura de Derrida e pela concepção de assinatura em Agamben. A pergunta condutora deste artigo é: quais são as diferenças entre Derrida e Agamben a respeito dos deslocamentos internos no conceito de assinatura? Essa pergunta é particularmente importante para esclarecer o papel das ciências humanas, o qual está vinculado ao mundo do tempo presente. Pois, qualquer desenvolvimento de pesquisa nas ciências humanas, ou mesmo algo como

uma intervenção no mundo atual, depende do como este é acessado e compreendido. O conceito de assinatura nos dois filósofos permite este tipo de acesso e compreensão. Ou seja, o modo como se acessa e se busca compreender o mundo é um fator prévio de orientação tendente a assumir mais ou menos níveis de instâncias metafísicas. Derrida e Agamben assumem a tarefa do enfrentamento das injunções metafísicas e, no caso deste artigo, por meio de um questionamento do conceito de signo.

O desenvolvimento da análise deste artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção será tratada a crítica do signo realizada por Derrida e exposta a sua concepção de escrita, a qual é necessária para compreender o seu conceito de “assinatura”. Na segunda seção será exposta a progressiva problematização do signo por Agamben. Em seu livro *Signatura rerum*, ele percorre um caminho de Paracelso até Foucault e apresenta o seu próprio conceito de assinatura, o qual conduz a uma arqueologia filosófica. A conclusão deve mostrar as características diferentes dos elementos internos aos seus respectivos conceitos de assinatura

2 DERRIDA E A ASSINATURA: A ESCRITURA

A desconstrução derridiana questiona um dos pontos mais debatidos na tradição filosófica e do qual não consegue se afastar: aquilo que se entende sob o conceito do signo. Os mais variados estudos sobre esse conceito permitiram criticar o seu pertencimento à metafísica, e ao mesmo tempo, apontar e estender os limites do sistema no qual tal conceito nasceu e começou a ser utilizado. Derrida, em entrevista a Kristeva (2001, p. 23), aponta que o conceito de signo marca um “freio” e ao mesmo tempo um progresso com relação à metafísica. Nesse sentido, Derrida sugere que é preciso esgotar os recursos e as críticas do conceito de “signo” assim como, os domínios e os contextos nos quais ele é utilizado. Nessa mesma linha de pensamento Agamben afirma que toda investigação nas ciências humanas, necessariamente tem a ver com as assinaturas e consequentemente a relação estabelecida com o signo. Muitos

conceitos utilizados nas ciências humanas são na realidade assinaturas, afirma Agamben (2019).

A desconstrução derridiana, com relação ao questionamento da teoria linguística de Saussure, começa justamente pelo seu ponto principal: o signo. Saussure, segundo Derrida, coloca a “arbitrariedade do signo” e seu “caráter diferencial” como fundamento da semiologia geral, especificamente da linguística. Num primeiro momento, a significação de *signo* foi entendida e determinada como signo-de. Um significante referindo-se para um significado. Nesse ponto, o signo sempre é identificado na oposição/diferença entre significado (o próprio conceito, e seu sentido ideal) e significante (uma imagem ou marca psíquica de um fenômeno seja material, físico, acústico etc.). Cabe lembrar que “arbitrário e diferencial” são, para Saussure, inseparáveis, já que um sistema de signos será sempre concebido por diferenças. Nesse sentido, Derrida concordaria com Saussure que o signo está sujeito às diferenças de significados, entretanto, seu questionamento é direcionado para o significado de “significado”. Segundo Derrida (2004): o significado já teria uma função, ou funcionamento como significante: “não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem” (DERRIDA, 2004, p. 8). O autor discute sobre o significado demonstrando que os significantes são compreensíveis somente através de uma sequência de significantes; um jogo de remetimentos e diferenças, no qual, um significante depende de um anterior e de um posterior para conceder algum “sentido”; “nada escapa ao movimento do significante e, em última instância, a diferença entre o significado e o significante *não é nada*”, afirma o filósofo (DERRIDA, 2004, p. 27).

Por outro lado, Agamben, na sua leitura de Benveniste sobre Saussure, afirma que a concepção da língua ser um sistema de signos torna-se insuficiente, uma vez que tal estrutura não permite explicar a passagem do signo à palavra. O próprio Saussure, em algumas notas publicadas após sua morte, teria já intuído que, ao pressupor a língua como um sistema de signos, nada permite explicar como os próprios signos se

transformarão em discurso. Que tipo de operações ou de jogos conceituais podem ser estabelecido para torná-los em discurso? Uma possível passagem seja talvez a relação entre o conceito de escrita em Derrida e o de assinatura em Agamben, contudo, veremos a concepção de assinatura em Agamben na próxima seção.

Sabe-se que o signo sempre representa aquilo que ele não é, aquilo que está ausente, quer dizer que toma o lugar dele. Quando alguma coisa não pode ser mostrada, é preciso significá-la ou substituí-la por um signo. Essa substituição, para Derrida, é ao mesmo tempo *secundária* e *provisória*: “secundária em relação a uma presença original e perdida de que o signo derivaria; provisória perante essa presença original e ausente em vista da qual o signo encontrar-se-ia num movimento de mediação” (DERRIDA, 1991a, p. 40). O signo vai representar algo que ele não é ou, não está presente. Alguma coisa que se pretenda estar presente, ou colocada como tal vai depender de uma relação de diferenças que, também, estão ausentes. Qualquer esforço para controlar o movimento contínuo de significação pressupõe aquilo que Derrida denomina de “significado transcendental”: um significado último que finalize o movimento e organize o sistema de referências. Nesse sentido, toda oposição conceitual resulta em referências à algum significado transcendental. Todavia, o conceito metafísico de signo situa a distinção significado/significante no fundamento outorgado pela distinção sensível/inteligível, e que comanda a metafísica na sua totalidade:

O pensamento estruturalista moderno estabeleceu-o claramente: a linguagem é um sistema de signos, a lingüística é parte integrante da ciência dos signos, a *semiótica* (ou, nos termos de Saussure, a *semiologia*). A definição medieval - *aliquid stat pro aliquo* -, que nossa época ressuscitou, mostrou-se sempre válida e fecunda. É assim que a marca constitutiva de todo signo em geral, do signo lingüístico em particular, reside em seu caráter duplo: cada unidade lingüística é bipartida e comporta dois aspectos: um sensível e outro, inteligível – de um lado o *signatus* (o *significante* de Saussure), de outro o *signatum* (o *significado*) (DERRIDA, 2001, p. 43).

A diferença significado/significante associa por um lado, o significado ao sentido ideal, ou seja, a parte inteligível e, por outro lado, o significante ao material,

ou seja, a parte sensível. Essa oposição se organizou ao longo da história e estabeleceu uma hierarquia a favor do inteligível. Jakobson (1999) destaca como a distinção linguística entre significado/significante conserva confortavelmente a distinção estoica, e mais tarde medieval, entre *signans* e *signatum*, e conseqüentemente traz consigo todas as raízes metafísico-teológicas; e a conexão entre o som e o significado constitui-se como problema:

a retomada feita por Saussure do signo (especialmente do signo verbal) como 'unidade indissolúvel' constituída por duas 'faces' – o significado e o significante – deve o seu sucesso não à sua originalidade, mas ao esquecimento a que ficou submetida uma teoria que, na verdade, data de mil e duzentos anos atrás. Os estóicos já consideravam o signo (*sêmeion*) como uma entidade constituída pela relação entre o significante (*sêmeionon*) e o significado (*sêmeionomenon*). O primeiro era definido como sensível (*aisthêton*) e o segundo como inteligível (*noêton*). Em seguida, Santo Agostinho faz uma adaptação das pesquisas estóicas e recorre a termos decalcados do grego, com o *signum* como sendo constituído pelo *signans* e pelo *signatum* (JAKOBSON, 1999, p. 77-98).

A distinção entre significado e significante, segundo Jakobson, também se encontra na base da filosofia medieval da linguagem, e é perfeitamente assimilado pelo pensamento científico da Idade Média. No entanto, a noção de signo permanece "não questionada".

Na desconstrução, não é mais possível continuar utilizando o signo como se fosse uma simples exterioridade, algo secundário e derivado do "sentido original". É preciso reposicionar a distinção entre significado/significante que define o conceito de signo. Uma vez que a concepção de "significante do significante" descreve o movimento da linguagem, então não há significado fora do jogo de significantes. Desse modo, não haveria um significado primeiro, fixo ou transcendental.

Do jogo de significantes Derrida aponta o conceito de "escrita" para além da oposição tradicional de linguagem oral/linguagem escrita, "se a metafísica constrói o signo, em geral, como secundário, considera que a escrita é mais ainda secundária,

como signo desse signo ou, mas exatamente, como significante (gráfico) do significante (fônico)” (BENNINGTON, 1994, p. 64). Essa ideia não significa que a palavra escrita deixe de significar o significante do significante, mas sim que o significante do significante deixa de ser entendido como uma reduplicação do significado, ou seja, como um suplemento acidental e secundário. Nesse sentido Derrida argumenta: “o significante do significante passa a descrever o movimento da linguagem” (2004, p. 8). Em outras palavras, desde a sua origem, o significado se encontra já na função de significante. É por isso que a noção de escrita, no pensamento do autor, ultrapassa a extensão da linguagem. Ela compreende a linguagem, em todos os sentidos da palavra. O questionamento da noção de “escrita”, mantida e confirmada durante todo o pensamento filosófico ocidental é um dos temas centrais no pensamento derridiano.

Na visão de Derrida, na filosofia clássica – de Platão à Hegel – há uma concepção de escrita como mera representação da fala, ou seja, como significante do significante; isto é, à escrita é atribuído um caráter meramente instrumental. Ela é percebida como derivada e secundária. Na noção de escrita proposta por Derrida, destaca-se o seu sentido de disseminação que não se reduz a uma polissemia: “a escrita se lê, ela não dá lugar, ‘em ultima instância’, a uma decifração hermenêutica, a uma descifração de um sentido de verdade” (DERRIDA, 1991b, p. 36).

Em *Assinatura, Acontecimento e Contexto* a análise realizada por Derrida sobre o conceito de “escrita” está intimamente ligada à noção de “ausência”. Isto leva diretamente à desconstrução do conceito de “assinatura”. Derrida parte do questionamento se a palavra ou o significante “comunicação” comunica um conteúdo determinado. Concebida tradicionalmente a comunicação como “o veículo, o transporte ou o lugar de passagem de um *sentido* e de um sentido único”, Derrida assinala que não é justificável definir a comunicação como transmissão de um sentido. Parece ser evidente que o campo de equivocidade da palavra “comunicação” se deixa reduzir solidamente aos limites do que se denomina contexto. Para tanto, um contexto nunca “é absolutamente determinável ou, antes, em que sua determinação nunca está

assegurada ou saturada” (DERRIDA, 1991b, p. 13). Nesse sentido, por um lado, é marcada a insuficiência teórica do conceito de “contexto” e por outro, torna-se necessário uma certa generalização e deslocamento do conceito de “escrita”, o qual, não poderia mais ser compreendido sob a categoria de comunicação, se entendida no sentido restrito de transmissão do sentido.

A ausência – que pertence à estrutura de toda escrita e de toda linguagem em geral – intervêm de maneira específica no funcionamento da escrita. O sentido clássico caracteriza a ausência como uma modificação contínua e uma extenuação progressiva da presença. Neste sentido, a ausência é a ausência de destinatário, “a ausência de emissor, do destinatário, na marca que ele abandona, é cortada dele e continua a produzir efeitos para além de sua presença e da atualidade presente do seu querer dizer, até para além da sua própria vida” (DERRIDA, 1991b, p. 16). Entretanto, essa ausência não é somente uma presença distante e, para que a estrutura da escrita se constitua, essa distância, esse desvio, essa diferença, devem poder ser levados a um certo absoluto de ausência. Segundo Derrida, essa diferença como escrita “não poderia (ser) mais uma modificação (ontológica) da presença” (DERRIDA, 1991b, p. 17). Na concepção derridiana, a ausência não é uma modificação contínua da presença, ela é uma ruptura da presença, “a ‘morte’ ou a possibilidade da ‘morte’ do destinatário” (DERRIDA, 1991b, p. 19), inscrita na estrutura da marca. Para que um escrito seja um escrito

é preciso que continue a ‘agir’ e ser legível mesmo que o que se chama de autor do escrito não responda mais pelo que escreveu, pelo que parece ter assinado, que esteja provisoriamente ausente, que esteja morto ou em geral não tenha sustentado, com sua intenção ou atenção absolutamente atual e presente, com plenitude de seu querer-dizer, aquilo mesmo que parece ter-se escrito ‘em seu nome’ (DERRIDA, 1991b, p. 20).

É necessário que toda escrita, para ser o que ela é, funcione na ausência radical de todo e qualquer destinatário: “a possibilidade de repetir e, pois, de identificar as

marcas está implicada em todo código, faz deste uma grade comunicável, transmissível, decifrável, iterável por um terceiro, depois para todo usuário possível em geral”. (DERRIDA, 1991b, p. 19). Essa força de ruptura é a própria estrutura do escrito e refere-se ao espaçamento que constitui o signo escrito. O espaçamento é o que separa este signo escrito dos outros elementos da cadeia contextual interna, assim como também de todas as formas de referente presente. O espaçamento é o que permite o surgimento da marca. Essa marca, que permite o reconhecimento do escrito, só se constitui pela possibilidade de ser repetida na ausência “não apenas do seu ‘referente’, o que é evidente, mas na ausência de um significado determinado ou da intenção de significado atual, como de toda intenção de comunicação presente” (DERRIDA, 1991b, p. 22). A ausência de referente e mesmo de sentido e significado não é somente uma eventualidade empírica, mas ela constrói a marca.

Derrida observa que por definição uma assinatura escrita “implica a não presença atual ou empírica do signatário. Mas, dir-se-ia, marca também e retém seu ter-sido presente num agora passado, que permanecerá um agora futuro, logo, um agora em geral, na forma transcendental da permanência” (DERRIDA, 1991b, p. 34). Tal permanência, de certo modo, é capturada na assinatura presente, tomada, tradicionalmente, como uma inscrição intencional de um determinado momento. A assinatura, para Derrida “não é um simples registro de uma marca gráfica, pois seria preciso que seja conservada a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura: ‘a reprodutibilidade absoluta de um evento puro’” (DERRIDA, 1991b, p. 35). Para que uma assinatura seja reconhecida como tal, se faz necessária a iterabilidade para garantir a sua legibilidade. O funcionamento de uma assinatura “deve ter uma forma repetível, iterável, imitável; deve poder destacar-se da intenção presente e singular de sua produção” (DERRIDA, 1991b, p. 36).

Nas reflexões acerca do “nome próprio” – o qual inclui a possibilidade necessária de poder funcionar na ausência –, Derrida elabora uma distinção entre a noção de nome próprio e a assinatura. O ato de assinar não se reduz à simples inscrição

do nome próprio. A assinatura “intenta, mediante um elemento mais, recuperar a propriedade perdida já, sempre, no nome. Isso implica que a assinatura, para indicar um aqui e agora, vai sempre acompanhada, *em teoria*, pela marca de um lugar e data” (BENNINGTON, 1994, p.164). Uma assinatura não é mais do que a condição de invocar o prometer uma contra-assinatura. “A assinatura do texto reclama a contra-assinatura do leitor, como no caso de qualquer assinatura [...] a contra-assinatura que invoca é fundamentalmente a contra-assinatura do outro, ainda que esse outro seja eu mesmo” (BENNINGTON, 1994, p.176). O jogo das assinaturas faz com que todo texto nunca esteja fechado em si mesmo, não obstante o esforço de apropriação do assinante. Entretanto a iterabilidade da assinatura – sua condição fundamental – não significa a repetição de um mesmo significado para uma marca que se repete e imita constantemente. Como todo signo, o funcionamento da assinatura está sujeito à indeterminação e à instabilidade, ela sempre estará no lugar de alguma coisa que ela não é.

Embora Agamben, em um determinado momento afirme que o breve “sucesso da desconstrução nos últimos anos do século XX é solidário com uma prática interpretativa que suspende as assinaturas e as deixa girando no vazio” (AGAMBEN, 2019, p. 112) é possível afirmar que é justamente nesse ponto o aporte dado da desconstrução: a não fixação de nenhum conceito num significado único.

Sabe-se que a desconstrução assinala justamente esse ponto, na crítica da tradição ontológica da busca pela origem plena ou *presença plena*. Com relação a ausência é evidente que a desconstrução derridiana não procura a ausência, pois isso seria admitir sua simples oposição à presença. A ausência é constitutiva da própria assinatura. Contudo, Agamben afirma que tanto a desconstrução quanto a arqueologia não esgotam o leque de estratégias sobre as assinaturas. Com efeito, para a desconstrução, a linguagem, enquanto escrita, não cabe mais no conceito de linguagem. Nesse sentido, Derrida aponta para um “*transbordamento*” da escrita que “sobrevém no momento em que a extensão do conceito de linguagem apaga todos os

seus limites” (DERRIDA, 2004, p. 8). Esse transbordamento marca uma abertura para diversas interpretações sem a obsessão da fixação de sentido. Isso é graças a impossibilidade de ter sistemas fechados dos discursos que a desconstrução propõe. Todo discurso, como sistema linguístico incompleto é produzido pelo jogo de diferenças que se interpõem e organizam nossa experiência no mundo. Desse modo, se possibilita deferentes leituras dos textos sem a pretensão de tê-los como unidades de sentido. Toda forma de leitura se inscreve num jogo de remetimentos, numa relação, não de múltiplos sentidos, mas de uma escrita como disseminação, uma escrita como indecível. Sempre haverá outras leituras, outras “desconstruções” de assinaturas e as relações que possam ser estabelecidas com o signo. Talvez seja necessário deixar sempre em aberto outras possibilidades, outras leituras, outras escrituras e outras assinaturas. E, esta é a proposta derridiana, resta saber o que diz Agamben sobre a assinatura e, isto será visto na próxima seção.

3 AGAMBEN E ASSINATURA: CRÍTICA E EPISTEME

Pode-se estabelecer um vínculo com a seção anterior da seguinte forma: a desconstrução derridiana permite um modo de leitura, não considerando os conceitos como fixos, mas na forma de *rastros* ou como significante de significantes. A ideia de conceito fixo combina com uma abordagem metafísica, a qual pode ser e é criticada. Sendo assim, Derrida avança para um estado de indecidibilidade de qualquer significado puro, elaborando sua própria perspectiva do signo conforme mostrado na seção anterior. Neste contexto, o próprio Agamben apresenta sua posição inicial sobre a desconstrução derridiana deste modo:

Ela [a desconstrução] é, em suma, um pensamento da assinatura como pura escrita para além de todo conceito, que garante nesse modo a inextinguibilidade – isto é, o adiamento indefinido – da significação. Esse é o sentido da noção de ‘arquitraco’ e de ‘suplemento originário’ e da insistência

com que Derrida afirma o caráter não conceitual de esses ‘indecidíveis’: não se trata de conceitos, mas de ‘arquiassinaturas’ ou de “assinaturas de grau zero”, que se colocam já sempre como suplemento em relação a todo conceito e a toda presença. A assinatura, separada na origem e da origem em posição de suplemento, excede qualquer sentido numa incessante *différance* e apaga seu próprio rastro num puro autosignificar-se. (AGAMBEN, 2019, p. 112).

Na interpretação de Agamben, destaca-se a característica da “assinatura” considerada como pertencente às “assinaturas de grau zero”. Essa característica mostra justamente o deslocar em relação ao conceito e estabelece uma acolhida do conceito já desconstruído, sob a forma de uma “posição de suplemento”, expressando-o por uma “incessante *différance*”. O caráter específico de ser “suplemento” perante a origem ou de estar separado “na origem e da origem” provê uma dinâmica que apaga ou dilui qualquer rastro da busca do “puro autosignificar-se”. A “origem” não provê mais o suporte metafísico para o conceito e o signo. Esse movimento que vai em direção ao “puro autosignificar-se” pode ser considerado como inscrito no âmbito abstrato da palavra.

Mas, a própria palavra, e o ato de fazê-la, ainda é um mistério que reúne aquele que assina e aquilo que é assinado. No que diz respeito a Agamben, ele mantém esta tensão entre *signans* e *signatum*, prolongando a indecidibilidade assinalada no movimento desconstrutivo pela *différance*. Finalmente, ele procura conduzir a tensão para o mundo, afirmando que tudo depende de como é a “assinatura”.

Agamben mantém o foco sobre Derrida: “A assinatura, que na teoria dos signos deveria aparecer como um significante, já desliza sempre para a posição de significado, de tal forma que *signum* e *signatum* trocam de papel e parecem entrar numa zona de indecidibilidade” (AGAMBEN, 2019, p. 51). Mas, no mesmo ensejo, ele coloca uma crítica implícita ao esforço desconstrutivo de Derrida, por isso, isto na página 112, a citação completa tem um início com o tom não tão acolhedor:

Mais uma vez, tudo depende do modo como se entende essa primazia da assinatura sobre o signo. O sucesso efêmero da desconstrução nos últimos trinta anos do século XX é solidário com uma prática interpretativa que suspende e deixa girar em falso as assinaturas, de forma a nunca dar acesso a um evento acabado de significado (AGAMBEN, 2019, p. 112).

Um pouco antes desta passagem, citando o artigo de Melandri sobre Foucault, Agamben já tinha assinalado a importância da assinatura e sua referência episteme. Nesse caso, o contexto era ainda da época renascentista:

Se na episteme renascentista assinatura refere-se, assim, à semelhança entre o signo e o designado, na ciência moderna ela já não é um caráter do signo individual, mas de sua relação com os outros signos. Em todo caso, 'o tipo de episteme depende do da assinatura' [Melandri], e esta é 'aquele caráter do signo, ou do sistema dos signos, que denuncia por meio de sua feitura a relação que mantém com o designado' [Melandri] (MELANDRI *apud* AGAMBEN, 2019, p.84).

Portanto, o "girar em falso" das assinaturas deve ser confrontado pela relação que assinatura possui com a "episteme". Mas, é correto afirmar que neste caso o conceito de episteme está sendo adicionado ao problema do signo e esta é a via que Agamben percorre com o auxílio de Melandri e de Foucault. Essa via conduzirá, por fim, para a arqueologia filosófica.

Um dos capítulos de *Signatura rerum* de Agamben faz uma reflexão sobre as teorias das assinaturas e a decorrente relação entre história e arqueologia. Primeiramente, Agamben parte da análise do livro nove do tratado de Paracelso e afirma que o ponto central do pensamento de Paracelso é a ideia de que todas as coisas levam um signo que manifesta suas qualidades invisíveis. Contudo, Agamben, acompanhando Paracelso, destaca também que é necessário averiguar de onde derivam os signatários (a sua natureza) e quantos são. Dos pressupostos encontrados em *De signatura rerum naturalium*, concebe-se que a assinatura não é mais uma ciência senão "o próprio ato e o efeito de assinar" (AGAMBEN, 2019, p. 46). Esse ato de assinar

pressupõe um tempo presente que se torna passado, mas o seu efeito no mundo faz com que este presente seja recuperado no futuro que se debruça novamente sobre o passado.

Seguindo sua análise, Agamben direciona para um ponto central nas assinaturas: o signatário. Esse signatário é o homem. O homem possui palavra e discurso. Assim, Agamben abre um espaço para a sua própria posição sobre a tensão existente na palavra, explorando a efetividade da “primazia” da assinatura. Para expressar os diferentes aspectos dessa “primazia”, ele, por conseguinte, traz a companhia de Foucault. Agamben afirma que um dos núcleos da reflexão de Foucault, diferentemente à desconstrução derridiana não busca a origem e nem a ausência. Nesse caso, trata-se de um processo que é alçado a um nível metodológico e, por Foucault como *arqueologia*.

A arqueologia não estaria situada no movimento gerado pela posição de suplemento que incide “na origem e da origem” no modo de uma separação que excede o sentido em uma “incessante *différance*”: Sendo assim, o que faz a arqueologia de Foucault e como ela contribui para Agamben trilhar o seu próprio caminho, explicitando a “assinatura”? A resposta de Agamben é a seguinte:

A estratégia da arqueologia foucaultiana é totalmente diferente. Ela também parte da assinatura e de seu excesso em relação à significação. Todavia, assim como nunca se dá um puro signo sem assinatura, tampouco é possível separar a assinatura em posição originária (mesmo que como suplemento). O arquivo das assinaturas que, na *Archéologie*, reúne a massa de não semântico inscrita em todo discurso significante, e está ao redor e limita os atos de palavra como uma margem obscura e insignificante, define, entretanto, também o conjunto das regras que decidem as condições de existência e de exercício dos signos, de seu fazer sentido e de seu justapor-se e suceder-se no espaço e no tempo. (AGAMBEN, 2019, p.113)

Trata-se de uma valorização do “arquivo de assinaturas”, ou seja, daquilo que, no mundo efetivo incide sobre “as condições de existência e de exercício dos signos”, limitando “os atos de palavra”. O resultado é uma “margem obscura e insignificante”

que se situa “ao redor” da “assinatura e de seu excesso”. Essa valorização do mundo efetivo encaminha toda uma análise que reúne Agamben e Foucault e se estende às diferentes relações de poder. Sob esta perspectiva, começa uma outra abordagem sobre a “assinatura” que não é mais na direção da abordagem derridiana. Agamben procura em Foucault, os elementos necessários para compreender a assinatura e aponta explicitamente:

A arqueologia foucaultiana nunca procura a origem, nem sua ausência: como o ensaio sobre *Nietzsche, a genealogia, a história* (1971[Foucault]) não se cansa de repetir, fazer a genealogia do conhecimento ou da moral não significa pôr-se em busca de sua origem, negligenciando como irrelevantes ou inacessíveis os casos e as meticulosidades de seus começos, os episódios e os acidentes de sua história, significa, ao contrário, manter os eventos na dispersão que lhes é própria, deter-se nos ínfimos desvios e nos erros que acompanham e determinam seu sentido. Significa, numa palavra, procurar em cada evento a assinatura que o qualifica e especifica e em cada assinatura o evento e o signo que a portam e condicionam. Ou ainda, nas palavras de Foucault, ‘mostrar que falar é fazer algo – e não simplesmente expressar um pensamento’ (AGAMBEN, 2019, p. 113-114).

Na passagem acima é possível compreender melhor o que é o “arquivo das assinaturas”, mencionado na citação mais anterior. Particularmente, o “arquivo de assinaturas” estaria “ao redor e limita os atos de palavra” (p.113, citação anterior mais acima). Essa limitação repousa nas “meticulosidades” de “começos” e outros aspectos do mundo efetivo que não podem, mas não devem ser negligenciados como “irrelevantes ou inacessíveis”. Há uma transição de uma dimensão a outra e o que passa nesta transição é o “excesso”. Ou seja, mesmo no mundo efetivo de “começos” ainda há o “excesso”, mas não mais no registro da palavra ou signo, mas sim por meio do que é denominado de “massa de não semântico” (p. 113). E, mantendo estas características, o “excesso” situa-se em “eventos na dispersão que lhes é própria”, passa de uma dimensão para outra, do semântico para “massa do não semântico”.

Agamben afirma que, se “não há signo puro”, tal como na filosofia de Derrida, não há, por outro lado, a assinatura separada de uma “posição originária”.

Precisamente, a “posição originária” se situa na “margem obscura e insignificante” do mundo efetivo, onde o homem encontra o “arquivo de assinaturas”.

Este “arquivo de assinaturas” pertence a efetividade do mundo concreto, pertence à vida vivida, seja a vida considerada como *vida nua* ou por outra forma paradigmática utilizada por Agamben em suas diferentes obras. Por outro lado, toda assinatura traz consigo uma relação entre a própria assinatura e aquilo que é assinado, ou seja, há ainda um caráter imaterial que repousa na língua, tal como afirma Agamben na análise sobre Paracelso:

Costuma-se entender a relação entre a assinatura e o assinado como uma relação de semelhança, como a que, como veremos, intercorre entre manchas com forma de ocelos na corola da Eufrásia e os olhos que ela tem o poder de curar. O fato de o arquétipo da assinatura, a *Kunst Signata*, se por excelência a língua obriga a entender essa semelhança não como algo físico, mas sim segundo um módulo analógico e imaterial. A língua, que guarda o arquivo das semelhanças imateriais, também é o cofre das assinaturas (AGAMBEN, 2019, p.49).

Entretanto, algumas páginas depois, Agamben retorna ao plano das “relações pragmáticas e hermenêuticas” contidas na assinatura. Isto permite remeter novamente o “arquivo das assinaturas” à efetividade do mundo concreto. Ele analisa ainda alguns exemplos da assinatura em Paracelso e afirma:

Em todos estes casos a assinatura não expressa simplesmente uma relação semiótica entre *signans* e um *signatum*. Ela é, antes, o que, insistindo nessa relação, mas sem coincidir com ela move e desloca para outro âmbito, inserindo-a numa nova rede de relações pragmáticas e hermenêuticas. Nesse sentido, também o pedaço de tecido amarelo na capa do judeu, ou a marca colorida trazida pelo policial ou pelo mensageiro, não são simplesmente significantes neutros que remetem aos significados ‘judeu’, ‘policial’, ‘mensageiro’: transferindo essa relação para esfera pragmático-política, ele expressam, antes, o comportamento que é preciso manter com respeito ao judeu, ao policial e ao mensageiro (e aquilo que se espera deles). (AGAMBEN, 2019, p.56-57).

Há um deslocamento que pode ser compreendido, neste momento, como uma passagem de um âmbito “para outro âmbito”. A passagem de um âmbito a outro permite uma “nova rede de relações”, que não se limita por uma relação semiótica. Na passagem entre os âmbitos, iniciada por um movimento e/ou um deslocamento, o mundo concreto e vivido se apresenta de forma inicial ou em uma “posição originária”. Assim, é tornado possível uma abertura do mundo no tempo presente e, a exploração dela significaria uma progressão em direção à facticidade da vida.

Mas, segundo Agamben, o deslocamento entre dois âmbitos *signans* e *signatum* é sugerido por um “desenvolvimento ulterior” realizado por Jakob Böhme. Este filósofo e místico do início da época moderna³ teria percebido que o signo não é suficiente para cobrir as implicações envolvidas na referida relação, por isso, ele teria ido além, inclusive além do que seria posteriormente estudado na semiótica. Agamben diz que:

Em Böhme, o processo de revelação, que tem seu paradigma na língua, desde o início implica uma complicação do modelo semiótico. O signo (que ele chama de *Bezeichnung*) em si é inerente e mudo e, para operar o conhecimento, precisa ser animado e qualificado numa assinatura [...] (AGAMBEN, 2019, p. 58)

Agamben expõe alguns exemplos retirados do texto de Böhme e inicia um caminho de destaque dos problemas da vinculação mais estreita entre *signans* e *signatum*, ou seja, entre aquele que assina (ou o ato mesmo de assinar) e o que é assinado. Essa vinculação não consegue ser subsumida sob o conceito de signo, permitindo que este conceito seja problematizado. Desse modo, pouco a pouco, o signo que fornece a expressão e a forma para a assinatura, é posicionado em uma direção

³ Nesta época de transição entre o mundo medieval e renascentista para o mundo moderno, não há uma distância muito grande entre a vida de Paracelso (1493 -1541) e o Jakob Böhme (1575 – 1624), eles são praticamente contemporâneos.

que leva ao conhecimento e, mais adiante, no texto de Agamben, levará à *episteme* tal como esta é compreendida por Foucault.

Depois de interpretar a explicação de Böhme sobre o que é a assinatura, por meio de exemplo de um alude que “permanece silencioso até o mestre o pegar nas mãos e o tocar” (AGAMBEN, 2019, p.58). Agamben avança para destacar os problemas da relação entre signo e assinatura e afirma estas palavras sobre as iniciativas de Böhme:

Não obstante as hesitações terminológicas, é evidente que a assinatura não coincide aqui com o signo, mas é o que o torna inteligível: o instrumento foi predisposto e assinado no momento da criação, mas produz conhecimento só num momento ulterior, que é aquele de seu revelar-se na assinatura. [...] (AGAMBEN, 2019, p. 59).

Essa espécie de conclusão sobre Böhme ficará parcialmente aberta, pois em seguida Agamben vai analisar o problema da junção assinatura com o signo dentro das teorias da Trindade e do Sacramento. Isto segue de forma conseqüente à posição de Böhme, pois este tinha como preocupação principal não “a *Kunst Signata* de Paracelso, mas sim a cristologia” (AGAMBEN, 2019, p.59). Entretanto, a menção de Jakob Böhme cumpre o papel de fornecer a Agamben um elemento diferenciado com relação a Paracelso que é um aprofundamento em relação ao conhecimento e o seu desvelamento por meio das assinaturas. Resta saber se a *episteme* renascentista irá resistir a esta mudança do signo em direção ao conhecimento, mas isso será referido mais adiante. Por enquanto, Agamben procura caracterizar a contribuição de Böhme:

A teoria das assinaturas, entretanto, conhece aqui um desenvolvimento ulterior que evidencia a inadequação do conceito de signo para dar conta do problema. Antes de mais nada, aqui a assinatura já não é apenas o que, pondo em relação âmbitos diferentes, manifesta a virtude oculta das coisas; ela é, antes, o operador decisivo de todo conhecimento, o que torna inteligível o mundo, que é, em si, mudo e sem razão. (AGAMBEN, 2019, p.57).

Em seu capítulo sobre a teoria das assinaturas, após referir as teorias da Trindade e os problemas a respeito do caráter sacramental na doutrina teológica, Agamben retoma a análise focada no signo. Desta vez, ele o faz dirigindo-a para uma crítica do conhecimento ou daquele saber que emerge no espaço gerado pela assinatura. Este é um espaço de abertura que surge no deslocamento e passagem entre *signans e signatum*. O que está implicado nisso é que: a concepção mesma de assinatura se afastará de um acerto das semelhanças entre os signos.

Este acerto de contas, da similitude, seguia o modo de conceber o signo na época Renascentista de Paracelso. Afastando a assinatura desta espécie de acerto de contas, Agamben chegará ao questionamento da *episteme*, no modo mesmo como Foucault a concebe. Ao mencionar o livro de 1966 *As palavras e as coisas*, ele introduz Foucault, na sua própria reflexão, desta forma:

No entanto, Foucault, assim como os autores que analisa, de Paracelso a Crollius, não define o conceito de assinatura que para ele se resolve no de semelhança; mas em sua definição de *episteme* renascentista. Há um motivo que basta desenvolver para identificar o lugar e a função específica das assinaturas. (AGAMBEN, 2019, p.82).

Foucault vai além do inventário das semelhanças e Agamben o reúne com o indício que ele tinha destacado antes por meio de Jakob Böhme. Resta ainda questionar o referido “motivo”, mencionado na citação acima. Este motivo é justamente o de buscar o que está encoberto pela superfície dos signos dispostos em articulações nas intenções renascentistas de conhecer o mundo por meio de semelhanças. O que estaria encoberto? Pode-se dizer que as assinaturas possuem um “lugar” e uma “função” na *episteme*, mas a descoberta da própria *episteme* depende de se procurar o que está escondido abaixo da superfície dos signos, logo isso modifica a concepção de assinatura conforme pensa um renascentista. Isso, também, pode ser percebido em *As palavras e as coisas*, quando Foucault afirma:

Forma assinante forma assinada são semelhanças, mas lado a lado. E é por isso, sem dúvida que, no saber do século XVI, a semelhanças é o que há de

mais universal; ao mesmo tempo aquilo que há de mais visível, mas o que se deve, entretanto, buscar descobrir por ser o mais escondido; o que determina a forma de conhecimento (pois só se conhece seguindo os caminhos da similitude) e o que lhe garante a riqueza de seu conteúdo (pois, desde que soergamos os signos e olhemos o que eles indicam, deixamos vir às claras e cintilar na sua própria luz a própria Semelhança).⁴ (FOUCAULT, 1999, p.40).

O estar “lado a lado” das formas “assinantes” e formas “assinadas” significam o esboço de um espaço de contigüidade, ou, por assim dizer, de uma superfície. Nesse sentido, há uma comunicação entre ambas e não a determinação de uma pela outra. A determinação da própria descrição de mundo por meio de formas assinantes e formas assinadas, precisa de um terceiro elemento que seria a determinação de ambas neste estado de “lado a lado”.

Segundo Foucault deve-se buscar as determinações que não estariam no jogo da similitude que perfaz a superfície, esta coloca lado a lado os elementos da assinatura (“forma assinante” e “forma assinada”). O trabalho, de busca destas determinações do jogo de similitudes, tem como resultado a *episteme*. Porque, estas determinações provindas do âmbito “escondido” que estruturam, justamente, a *episteme*. Assim, a assinatura na Renascença, que coloca lado a lado as semelhanças, deve ser revista, para que aponte para o âmbito “escondido”, pois como foi afirmado antes: “o tipo de *episteme* depende da assinatura” (MELANDRI, apud AGAMBEN, 2019, p. 84).

É neste ponto que a arqueologia surge como auxílio no caminho difícil em busca da *episteme*. A natureza mesma da pesquisa já implicava um deslocamento, isto foi visto na interpretação de Agamben sobre Jakob Böhme. Agora Agamben progride em direção às determinações que orientam as formações discursivas e o modo como saber se estabelece. Agamben faz, então, uma ligação entre *As palavras e as coisas* e a arqueologia, permitindo a abertura da assinatura para o que subjaz ao assinante e ao assinado:

⁴ Nesta passagem substituímos “Forma assinalante e forma assinalada” e “semelhanças paralelas”, que estão na tradução brasileira, por: “Forma assinante e forma assinada” e “semelhanças lado a lado” para acompanhar melhor a linguagem que Agamben usa em sua argumentação.

O termo 'arqueologia' está ligado às pesquisas de Michel Foucault. Ele aparece de forma discreta – mas decisiva – já no prefácio de *Le Mots et choses*. Aqui, a arqueologia, diferentemente da história 'no sentido tradicional do termo', se apresenta como a busca de uma dimensão ao mesmo tempo paradigmática e transcendental, uma espécie de 'a priori histórico', em que os saberes e os conhecimentos encontram sua condição de possibilidade. Tal dimensão é a *episteme* [...] Não se trata tanto, especifica Foucault, de uma história das ideias ou das ciências, mas sim de uma pesquisa que, retomando contracorrente a histórica das formações discursivas, dos saberes e das práticas, se esforça em descobrir. (AGAMBEN, 2019, p. 133).

O núcleo da "arqueologia" é esta busca do "a priori histórico". É este o constructo foucaultiano que Agamben resgata no vínculo com a obra *As palavras e as coisas*. Entretanto, o constructo "a priori histórico" tem sua própria complexidade, pois não se trata aqui de uma busca da origem, ou de algo que aconteceu na origem e que, por isso, exige um retorno. A relação com a origem é totalmente outra. O encontro de uma "posição original" é lançado para a frente e, em direção ao futuro. Isto é um aspecto complexo, ele repousa no "a priori histórico". Agamben registra esta complexidade com as seguintes palavras:

Procuremos pensar a estrutura temporal específica implícita numa arqueologia filosófica. Nela não está precisamente em questão um passado, mas um ponto de insurgência. De resto, ela só pode abrir um caminho para esse passado voltando atrás até o ponto em que ele foi recoberto e neutralizado pela tradição [...]. O ponto de insurgência, a *arché* da arqueologia é o que acontecerá, que se tornará acessível e presente, tão somente quando a investigação arqueológica realizar sua operação. Ele tem, portanto, a forma de um passado no futuro, isto é, de um *futuro anterior* (AGAMBEN, 2019, p. 152).

O objetivo é ainda a busca dessa distância entre *signans e signatum* para encontrar nela a abertura de compreensão do mundo. Uma compreensão que é orientada por uma *episteme*, cujas determinações do saber devem ser desvendadas, portanto, a assinatura não pode apenas registrar o colocar "lado a lado" das semelhanças. A profundidade que a assinatura implica na busca destas determinações

contida em um âmbito “escondido” no qual se estrutura a *episteme*, manifesta uma estrutura temporal. Essa estrutura é submetida ao processo de pesquisa da arqueologia filosófica e, se torna necessário situar o tempo presente, pois: “Na arqueologia, trata-se porém – para além da memória e do esquecimento ou antes, em seu limiar de indiferença – de acessar pela primeira vez o presente” (AGAMBEN, 2019, p.153).

O traçado percorrido por Agamben parte de uma problematização do signo tal como em Derrida. Nesse sentido, ele faz uma interpretação de Paracelso e Jakob Böhme e tem em vista o estudo de Foucault. Este último, por meio do constructo “*a priori* histórico”, permite a Agamben chegar a um esclarecimento da “estrutura temporal específica” da arqueologia filosófica, a qual vai para um passado, visando um futuro que conduz ao presente.

Esta explicitação da assinatura, com este modo específico de compreender seu deslocamento interno, permite a Agamben apresentar perante às ciências humanas o desafio de encetar uma arqueologia filosófica. O desenvolvimento da arqueologia filosófica desdobraria as dificuldades escondidas no signo e, portanto, na palavra e no discurso. Um desdobramento que encontraria as condições ontológicas de uma posição original não mais metafísica, mas imersa no tempo do presente, no mundo. Imersão necessária ao trabalho das ciências humanas. Enfim, pode-se agora encaminhar as considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Derrida, abordado na primeira seção, apresenta uma crítica ao processo de significação que concebe o signo a partir de uma oposição entre inteligível e sensível, apelando, em última instância, para uma espécie de significado transcendental. Esse modo de compreender o signo representaria o conceito metafísico de signo e deveria ser objeto de crítica. Uma forma de fazer esta crítica e propor uma alternativa é por

meio do estudo da linguagem, a qual deve ser analisada a partir da concepção de “significante do significante”, abandonando a concepção de um significado original ou mesmo transcendental. Sendo esta a direção tomada por Derrida, a sua concepção de “escrita” procura ir além da linguagem e, assim, alcançar todos os sentidos da palavra.

A concepção de “escrita” é um dos núcleos do pensamento de Derrida. Ela assinala a não presença daquele que a emprega e realiza uma “assinatura”. Mas, a “não presença” é recoberta ainda por algo que permanece. O que é retido na assinatura é a escrita como um presente vertido em passado e que aponta para um futuro. Nesse movimento, o presente da assinatura é o que se retém, embora tenha já se tornado passado e esteja lançado ao futuro. Nesse lançamento ao futuro, a assinatura remete a um jogo indecível de significantes, evitando os conceitos fixos. A estrutura temporal, que traz os tempos do passado, presente e futuro, ainda que submetida a um peculiar movimento, também é encontrada em Agamben.

Agamben utiliza a expressão “estrutura temporal” para referir às características do “*a priori* histórico”, que é constructo legado por Foucault. Ele realiza a crítica da concepção metafísica de signo, aprofundando o conceito de assinatura por meio da interpretação de Böhme sobre Paracelso. Agamben pretende articular essa crítica com a reflexão sobre Foucault. Entretanto, ele menciona Derrida e afirma que mesmo que não exista “signo puro”, não é possível afastar a assinatura de uma “posição originária”. Ou seja, há algo que impediria a assinatura de girar no vazio do indecível do signo. Nesta “posição originária”, a assinatura está delimitada pelo não semântico. O “não-semântico” se vincula à *episteme* foucaultiana tal como a compreende Agamben. Neste sentido, a *episteme* é o âmbito “escondido” das determinações do discurso e do saber. A estrutura temporal, por meio do constructo do “*a priori* histórico” se dirige para o passado, visando um futuro e encontra o tempo presente. O “*a priori* histórico” reforça a necessidade de estudo metodológico especial denominado de “arqueologia filosófica”.

Uma vez retomadas as conclusões das duas seções, pode-se chegar a uma resposta sobre a pergunta de pesquisa sobre as reflexões de Derrida e Agamben. A pergunta orientadora deste artigo foi: quais são as diferenças entre Derrida e Agamben a respeito dos deslocamentos internos no conceito de assinatura?

A resposta é que, para Derrida, o presente é retido e ressurgem no futuro, mas, antes, o presente tornou-se passado e tornou-se uma assinatura da escrita. Em Agamben, o movimento da estrutura temporal se dirige para um passado, no qual visa um futuro que deve conduzir ao presente. Em ambos os autores, o futuro está relacionado com o presente, cada um deles possui uma concepção de tempo presente distinta: em Derrida é algo que foi retido como uma permanência da não-presença. E, em Agamben, é algo que deve ser encontrado em um espaço não-semântico e que sofre a influência de uma “posição originária”. Por isso, para Agamben a “assinatura” é importante, porque dela depende o tipo de *episteme*, alvo da “arqueologia filosófica”. Para Derrida a escrita é importante, pois ela assinala uma não presença por meio de uma assinatura. Por isso, a indecidibilidade do signo, remetendo de significante a significante, é o fator dinâmico incessante da *différance* que interpela um passado transformado em uma assinatura.

O esclarecimento destas duas concepções sobre a “assinatura” permitirá ao estudioso das ciências humanas perceber a importância dos registros que permanecem no tempo e são recobertos por uma tessitura metafísica. Estes registros estão subsumidos pelo conceito complexo de “assinatura”. Derrida e Agamben, de modo diferente em cada um, oferecem ferramentas para reflexão em uma época repleta de desafios como o século XXI. Resta saber acolher estas lições para encontrar novos rumos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Tradução: Andrea Santurbano e Patricia Peterle. São Paulo: Boi Tempo 2019.

BENNINGTON, Geoffrey; DERRIDA, Jacques. **Jacques Derrida**. Madrid: Cátedra, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papiros, 1991b.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. São Paulo: Papyrus, 1991a.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Mirian Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.